

Sessenta anos da participação da

MARINHA DO BRASIL NA REPÚBLICA DOMINICANA

(1965-1966)



Jaime Florencio de Assis Filho *

Há sessenta anos o Brasil enviou para a República Dominicana (RD) um contingente de militares, denominado Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana - FAIBRAS, com a tarefa de, junto com outras forças internacionais, criar condições para o retorno da paz àquele país.

Faziam parte do contingente militares das três Forças Singulares. A Marinha do Brasil (MB) se fez representar por tropas do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), que se revezaram de maio de 1965 a setembro de 1966.

Este artigo enfoca a participação da MB nesse conflito, que, se não fosse a intervenção da Organização dos Estados Americanos (OEA), teria transformado a RD em uma segunda Cuba no mar do Caribe.

ANTECEDENTES

O assassinato, em maio de 1961, do ditador Rafael Trujillo, na frágil RD, permitiu a ascensão ao poder de líderes de esquerda que tinham o intuito de implantar o comunismo no país. Visando evitar que isso se tornasse realidade, em abril de 1965, os Estados Unidos da América (EUA) intervieram na RD, sob a alegação de proteger e evacuar seus cidadãos, antes mesmo que a OEA obtivesse parecer favorável para intervir, no âmbito dos preceitos que regem sua Carta.

Oportunamente, foi criada uma Força de Paz sob a égide da OEA, que desembarcou na RD com a tarefa de criar condições favoráveis para o retor-

no da ordem e o estabelecimento de um governo democrático, legalmente escolhido, por meio de eleições gerais e livres. Lutavam pelo poder os constitucionalistas (em realidade, rebelados comunistas) e os legalistas ou Governo de Reconstrução Nacional.

O governo brasileiro, consoante à decisão da X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, decidiu enviar tropas para integrarem a Força Armada Interamericana. A participação do Brasil, em particular do Corpo de Fuzileiros Navais, marcou a presença da MB em apoio a países do continente americano.

A INTERVENÇÃO NORTE-AMERICANA

Os fuzileiros navais norte-americanos – os *marines* – e a 82nd Airborne Division ficaram em alerta enquanto uma frota dos EUA seguia para bloquear a Ilha “Hispaniola”, dividida pelo Haiti e a RD.

A regra do Presidente dos EUA Lyndon B. Johnson era clara. Evitar outra “Cuba” nas Antilhas, pois, nos últimos seis anos, os comunistas haviam tentado, por duas vezes, tomar o poder na RD. Na noite de 28 de abril os *marines* desembarcaram, por helicóptero, em São Domingos – capital da RD – com o propósito de proteger cidadãos americanos ali presentes. Na manhã seguinte, outros *marines* já estavam em terra em reforço ao primeiro grupo. Foi estabelecida uma zona de segurança que propiciou a retirada, por helicóptero,

de refugiados concentrados no Hotel Embajador, para bordo de um dos navios da Força Tarefa Americana. Na mesma data, à noite, a OEA votou uma resolução propondo uma trégua e o estabelecimento de uma Zona Internacional de Segurança (ZIS), logo estabelecida em 1º de maio. No aeroporto da capital e no Porto de Haina desembarcaram mais tropas e outros refugiados foram acolhidos a bordo dos navios dos EUA atracados. Com a chegada dessas forças, a Ponte Duarte, sobre o Rio Zama – ligava o aeroporto à *Ciudad Nueva* –, foi liberada fazendo com que os rebeldes a ela se recolhessem, ficando isolados das forças legalistas. Excetuando-se *Ciudad Nueva*, o restante de São Domingos era considerado ZIS.

O BRASIL PARTICIPA DA FORÇA DE PAZ

Em uma reunião consultiva ministerial da OEA, decidiu-se, em 6 de maio, pela criação de uma força militar interamericana para restabele-

cer a ordem na RD, convidando seus membros para envio de tropas àquela República. Seria criada a Força Interamericana de Paz (FIP). O Presidente da República do Brasil, Sr. Humberto de Alencar Castelo Branco, após reunir-se com o Alto Comando Militar, encaminhou ao Congresso Nacional autorização para o emprego das Forças Armadas. Ressalte-se que, naquela época, o CFN dispunha apenas de uma unidade básica de combate – o Batalhão Riachuelo. Enquanto isso, planejou-se e adotou-se, no âmbito da MB, providências administrativas, tendo em vista a possibilidade de o CFN integrar a força brasileira que seria constituída.

Em resumo, o então Núcleo da 1ª Divisão de Fuzileiros Navais (Nu1ªDivFuzNav) expediu, respectivamente, em 7 e 16 de maio, a Diretiva de Planejamento (secreto) e a Ordem Preparatória da Operação Renascimento (secreto), visando aos preparativos e divulgando informações atualizadas sobre a RD. Determinou o início dos traba-



Mapa de São Domingos

lhos (incluindo adestramento referente às ações de contraguerrilha e de assuntos civis e governo militar), de modo a ficar em condições de, no prazo de 24 horas, atender ao chamado. No dia 20, o Congresso Nacional deu o sinal verde.

Em 21 de maio de 1965 foi criado o FAIBRAS – constituído por tropas do Exército Brasileiro (EB), da MB e da Aeronáutica, para integrar a Força Interamericana na RD. Em seguida, o Comandante-Geral do CFN (ComGerCFN) Almirante Heitor Lopes de Souza expediu a Carta de Instrução nº 2-65, na qual atribuiu ao Nu1ªDivFuzNav a tarefa de: “Organizar um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) para integrar a Força Armada Interamericana Brasileira, de forma a estar em condições de, mediante ordem, deslocar-se para a República Dominicana”.

O Comandante do Batalhão Riachuelo, em 17 de maio, assinou o Plano de Operação Renascimento. Às 8h de 22 de maio, um destacamento precursor do GptOpFuzNav saiu do Aeroporto Santos Dumont para São Domingos⁽¹⁾, em um C-54 da Força Aérea Brasileira (FAB).

Dois dias depois, o Ministro da Marinha, Almirante Paulo Bosísio, esteve no Batalhão Riachuelo e passou em revista o contingente de FN que iria para São Domingos. No dia 25 ocorreu a cerimônia de assunção de comando do Grupamento (organizado com uma Companhia de Fuzileiros Navais; um Pelotão de Polícia; e um Grupo de Apoio Logístico) e da entrega do estandarte do CFN ao Capitão de Corveta (FN) Paulo de Oliveira Reis. No dia seguinte, embarcaram para São Domingos. A FAIBRAS chegou à RD nos dias 23 (elementos precursores) e 28 de maio.



A FORÇA INTERAMERICANA DE PAZ

Para os cargos de comandante e subcomandante da FIP, foram designados, respectivamente, o General de Exército Hugo Panasco Alvim e o Tenente-General Bruce Palmer Junior do Exército norte-americano.

Ao comando da FIP ficaram subordinadas as forças norte-americanas e a Brigada Latino-Americana (BdaLA), constituída pelo 1º Batalhão do Regimento Escola de Infantaria (I/REsI) do EB e por um batalhão, que recebeu a denominação de Fraternidade⁽²⁾, integrado pela Companhia de Fuzileiros Navais (CiaFuzNav) do Brasil, pelas CiaFuz de Honduras, Paraguai e Nicarágua, e por um pelotão da Costa Rica⁽³⁾.

Assumiu o comando da BdaLA o Coronel Carlos de Meira Matos, acumulando com a função de comandante do contingente brasileiro. Seus oficiais acumularam funções na FAIBRAS e na BdaLA. Os integrantes do GptOpFuzNav brasileiro foram empregados para estruturar o Comando do Batalhão Fraternidade, assumido, inicialmente, pelo CC (FN) Paulo Reis.

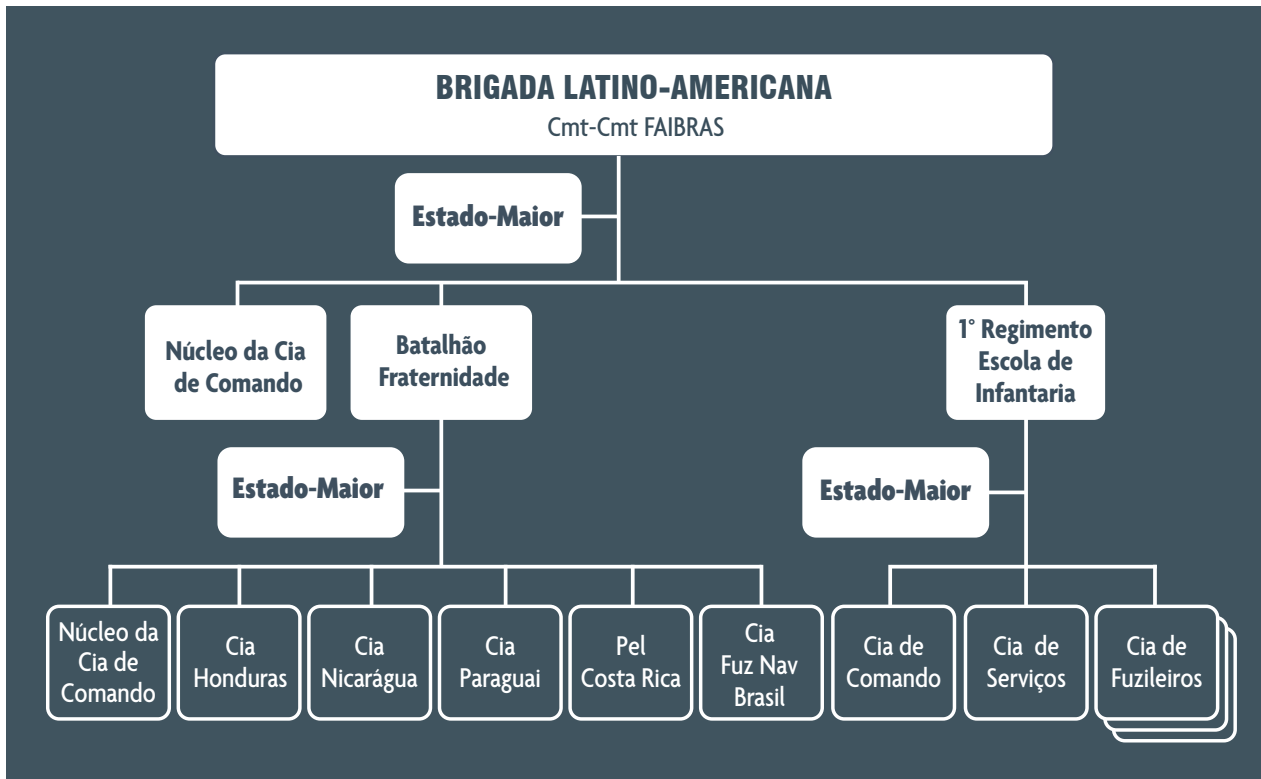
FAIBRAS: PRIMEIRA FASE

da chegada da tropa a 25 de outubro
(dia da integração da área rebelde à ZIS)

Ao chegar a São Domingos, em 28 de maio, todo o contingente do GptOpFuzNav estacionou em uma área a 500m a oeste da *Calle Pasteur* – a Linha de Contato (LC), de onde era possível ouvir, à noite, os sons de projetis frutos dos embates com os rebeldes, que atuavam nesse período.

No dia 1º de junho, um acordo assinado pelas facções dominicanas deu origem ao *Status del Palacio*, que permitiu que a área em seu entorno fosse ocupada por tropas da FIP. Em sua primeira missão o I/REsI cumpriu essa tarefa com sucesso no dia 2 de junho. Com a criação da BdaLA (3 de junho) coube ao GptOpFuzNav (em 7 de junho): substituir elementos da 3ªBda /82ª *Airborne Division*; ocupar a área leste da ZIS, bloquear avenidas

Oficiais do I Gpt FN – a partir da esquerda: CC (FN) Paulo Reis; CT (FN) Lopes; 2º Ten (FN) Baumeier; 1º Ten (FN) Aroeira; 2º Ten (FN) Cantone; 1º Ten (FN) Dante; 2º Ten (FN) Almeida; CT (FN) Piedras; 1º Ten (FN) Arthur



Organograma da Brigada Latino-Americana – República Dominicana

e estabelecer um Posto de Controle de Trânsito (PCTran). Após reuniões de coordenação com a tropa americana que seria substituída e alguns reconhecimentos de área, o CC (FN) Paulo Reis emitiu a Ordem de Operação nº 2/65 (secreto).

A substituição foi realizada com sucesso e, aparentemente, os postos de vigilância dos constitucionalistas não perceberam a manobra. O PCTran, estabelecido pelo Pelotão de Polícia do GptFN, passou a exercer controle rigoroso de pessoal e de viaturas que por ali passassem (das 6h às 18h). Nos prédios mais altos foram instalados postos de observação, alguns guarnecidos por peritos atiradores, munidos de granadas e iluminativos. Posições de resistência foram organizadas com sacos de areia e emprego de um canhão anticarro 106mm SR (sem recuo), que foi instalado a cavaleiro da via de acesso mais importante e próxima do quartel-general da FIP no Hotel Jaragua. Uma tropa americana da FIP ocupou uma área ao norte de *Ciudad Nueva*, limitando a atuação dos rebeldes a tão somente aquela área em São Domingos.

Por vários meses as ações da BdaLA e, portanto, dos FN do Batalhão Fraternidade, foram sempre, em revezamento com outras tropas desse batalhão,

de ocupação e manutenção de posições defensivas em localidade urbana, assunção de posições na LC e de operação de PCTran – *check point* – visando impedir a passagem de elementos armados para a ZIS, manter as posições e impedir que integrantes dos dois lados políticos se engajassem no conflito.

As tarefas de *check point* eram demoradas na busca de armas e munições e irritavam a população⁽⁴⁾. Por eles entravam e saíam, diariamente, rebeldes disfarçados de transeuntes para identificar as posições⁽⁵⁾ guarnecidas e, à noite, atacá-las com tiros de armas portáteis e automáticas.

Redes de arame, concertinas, obstáculos de madeira (cavalos de frisas), armamentos instalados em edifícios, posições de defesa instaladas nas ruas e protegidas por sacos de areia, cuidados com o armamento, com a higidez física e o moral constituíram, até setembro, na frente de combate ou na reserva, a base dos trabalhos desenvolvidos na área. Os avanços ao norte de *Ciudad Nueva* pelos americanos, diminuindo o espaço dos rebeldes naquela parte da cidade, foi motivo de grandes tensões, provocando a evasão da população para outras áreas da cidade, congestionando os *check point*. Nas sucessivas tentativas de acordo entre le-

galistas e constitucionalistas os resultados obtidos não foram expressivos.

Após 132 dias de ausência de um governo legalmente instituído, a RD voltou, momentaneamente, à normalidade, sendo reconhecida por Brasil, EUA, Israel e El Salvador, seguidos mais tarde por outras nações. Assumiu a presidência o Sr. Garcia Godoy, mas, enfrentou vários problemas, dispondo, para impor suas ordens, da Ata de Reconciliação e do Ato Institucional assinados pelas partes. Ele dispunha, como massa de manobra, das Forças Armadas Dominicanas – desacreditadas e com os seus chefes sendo alvo de acusações enquanto a FIP era acusada pelos revolucionários de ser elemento de manobra dos EUA.

Após várias reuniões com a presença de militares dominicanos, de integrantes da FIP, da Comissão *Ad Hoc* da OEA e do Presidente Garcia Godoy, foi decidida a ocupação da área “constitucionalista”, realizada em 25 de outubro, fundamental para a manutenção da ordem pública na *Ciudad Nueva*. Foi uma ação noturna com o emprego combinado da BdaLA e da 1ªBda da 82ª *Airborne Division*, atacando simultaneamente em direções convergentes.

Na ação, a CiaFuzNav foi reforçada por um Pelotão de Carro de Combate M-41 do exército americano, por ter recebido a Zona de Ação considerada a mais provável de encontrar resistência. Deu-se início, então, aos trabalhos de busca, localização e apreensão de armas, ação ineficaz pois tudo que se obteve foram armas velhas em mau estado de conservação. A população e os grupos comunistas continuavam armados.

Ao final de outubro de 1965, coexistiam duas forças antagônicas que pesavam na adoção de ações políticas eficazes: as Forças Armadas da RD e o grupo dos rebeldes que, respectivamente, não cooperavam e contribuía para que Garcia Godoy tendesse a inclinar-se para o segundo, aproximando-se de uma solução imprevisível. A ocupação de *Ciudad Nueva* marcou o fim da primeira fase.

A OPERAÇÃO RENASCIMENTO II

Para essa operação, foi expedida a Carta de Instrução nº 3-65 do ComGerCFN ao comandante do Nu1ªDivFuzNav, visando ao início do planejamento para substituir o I Grupamento. Com o

mesmo efetivo de 270 militares, tinha uma estrutura ligeiramente diferente do primeiro: inclusão de um oficial intendente e efetivo maior de oficiais FN, alguns, obrigatoriamente, com o Curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO), de modo a compor o Estado-Maior do Batalhão Fraternidade. Após indicação do Nu1ªDivFuzNav, foi aceito para o comando do II Grupamento de FN o CC (FN) Fernando do Nascimento. O Batalhão Riachuelo nucleou o grupamento. O último escalão do segundo contingente de FN chegou à RD no dia 6 de dezembro.

FAIBRAS: SEGUNDA FASE

de 26 de outubro de 1965 a 23 de abril de 1966

Caracterizada por ações de limpeza e redução de focos rebeldes distribuídos por toda a *Ciudad Nueva* e manutenção da segurança e ordem públicas. A situação ainda não era controlada, pois, com a entrada de elementos hostis na área ocupada, foram verificadas ações terroristas e agitações de rua, ataques a edifícios, saques e incêndios e até mesmo atentados contra as tropas da FIP, que mantinha os pontos críticos da área ocupados, enquanto a campanha contra os norte-americanos aumentava. Ações no interior da RD foram logo dominadas pelas Forças Armadas Dominicanas.

As ações da FIP e, portanto, do II grupamento de FN foram ligeiramente diferentes das realizadas na primeira fase. Foram voltadas para a ocupação de *Ciudad Nueva* e, conforme abordado, com a manutenção da ordem pública, ensejadas pelo estabelecimento de pontos de controle em locais críticos



O General Panasco Alvim e o então Capitão de Corveta (FN) Fernando do Nascimento em revista ao II GptOpFuzNav

(alguns no alto de prédios), patrulhas motorizadas e destruição de paióis de armamento dos rebeldes. O período de maior agitação durante a segunda fase ocorreu entre 13 e 17 de dezembro, por ocasião de uma greve, com a ocorrência de tumultos em diversos pontos da cidade, onde os rebeldes ergueram barricadas incendiando pneumáticos. Os FN fizeram-se presentes controlando os tumultos.

Algumas ações terroristas ocorreram no início de janeiro. No dia 21, os líderes constitucionalistas decidiram deixar o país, sendo escoltados até o aeroporto pelos FN brasileiros. Todavia, as manifestações continuaram, e a mais violenta foi em 9 de fevereiro, quando estudantes foram dispersados pela polícia com emprego de metralhadoras. Fatos como esse serviram para aumentar os atentados terroristas na *Ciudad Nueva*, onde, por diversas vezes, o contingente brasileiro foi obrigado a intervir por meio de suas patrulhas.

Durante toda essa fase, os FN brasileiros revezaram-se nas ações com os paraguaios, nicaraguenses e hondurenhos. Ao final de abril de 1966, o Presidente Garcia Godoy propôs a substituição das tropas da FIP, que ainda ocupavam Pontos de Segurança na *Ciudad Nueva*, pelas Forças Armadas da RD, caracterizando o primeiro passo para negociar com a OEA a retirada total da FIP, que seria substituída pelo Exército Dominicano. As condições para a consolidação do governo provisório e o retorno do país à normalidade, capazes de permitir a realização de eleições livres, tinham sido alcançadas.

FAIBRAS: TERCEIRA FASE

de 24 de abril a 16 de setembro de 1966
(término da missão)

A FIP manteve-se em prontidão, em condições de reassumir o controle militar da área, caso se configurasse um recrudescimento de ações rebeldes. Estava prevista para maio de 1966 a substituição do segundo contingente da FAIBRAS.

A OPERAÇÃO RENASCIMENTO III

O terceiro contingente de FN, comandado pelo CC (FN) Umberto Barbosa Lima Martins, foi nucleado no Batalhão Humaitá⁽⁶⁾, com organização e efetivo iguais ao seu predecessor.

Nessa fase, os FN se depararam com uma situação de normalidade política e no ritmo de vida das pessoas, cumprindo um programa de adestramento (operações helitransportadas e ações de contraguerrilha) e ficando em condições de futuro emprego, no caso de um retrocesso na situação local, o que não aconteceu. Manteve-se o preparo físico e o moral do combatente, evitando-se, ao máximo, o relaxamento. Trabalhos de Estado-Maior foram intensos no acompanhamento da situação na RD e na elaboração de planos previstos para uma ocupação imediata. Nesse contexto, a tropa brasileira deu provas de alto espírito de disciplina e preparo psicológico. Em setembro de 1966, o Presidente da República determinou a extinção da FAIBRAS.

A missão do CFN foi cumprida.

Assim foi, tem sido e sempre será.

Como ocorreu na RD, o CFN estará sempre pronto a responder aos chamados da Nação, reafirmando o significado do lema dessa tropa de elite: **Adsumus!** (Estamos presentes). ■

NOTAS

- (1) Na mesma aeronave embarcaram, também, vinte militares do EB e um da Aeronáutica.
- (2) A constituição do Batalhão Fraternidade foi a solução encontrada para integrar elementos de nacionalidades distintas, dotando-os de capacidade de manobra, inicialmente sem um Estado-Maior constituído.
- (3) O pelotão da Costa Rica, embora figurasse na estrutura do Batalhão Fraternidade, ficou durante todo o período da Campanha na RD destacado para cumprir tarefas de segurança no Quartel-General da FIP.
- (4) A presença de policiais femininas dos EUA foi de grande valia para o bom andamento das revistas nos Postos de Controle de Trânsito, uma vez que não existiam, ainda, mulheres nas tropas brasileiras.
- (5) Tal situação ensejava uma constante alteração, ao final das horas de luz, dos locais das seteiras nos sacos de areia, desorientando os rebeldes quanto às informações obtidas durante o dia.
- (6) O 2º Batalhão de Infantaria foi ativado em 1965.

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Jaime Florencio Filho - Quarenta anos da participação da Marinha do Brasil na Força Interamericana de Paz (FIP) - República Dominicana (1965-1966) - Revista Marítima Brasileira v.126 n. 04/06 - 2006.

* Capitão de Mar e Guerra (Refº-FN)